



TESOURO NACIONAL

# RTN 2021

Julho

Publicado em  
30/08/2021

Ministério da Economia  
Secretaria Especial do  
Tesouro e Orçamento  
Secretaria do Tesouro Nacional

# Resultado do Tesouro Nacional

Boletim – Vol. 27, N.07



**Ministro da Economia**

Paulo Roberto Nunes Guedes

**Secretário Especial do Tesouro e Orçamento**

Bruno Funchal

**Secretária Especial Substituta do Tesouro e Orçamento**

Gildenora Batista Dantas Milhomem

**Secretário do Tesouro Nacional**

Jeferson Luis Bittencourt

**Secretário Adjunto do Tesouro Nacional**

Rafael Cavalcanti de Araújo

**Subsecretários**

Adriano Pereira de Paula

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Otávio Ladeira de Medeiros

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Pedro Jucá Maciel

Pricilla Maria Santana

Waldeir Machado da Silva

**Coordenador-Geral Substituto de Estudos Econômico-Fiscais**

Alex Pereira Benício

**Equipe Técnica**

Fábio Felipe Dáquilla Prates

Fernando Cardoso Ferraz

Guilherme Ceccato

---

**Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)**

**Telefone:** (61) 3412-1843

**E-mail:** [ascom@tesouro.gov.br](mailto:ascom@tesouro.gov.br)

**Disponível em:** [www.tesourotransparente.gov.br](http://www.tesourotransparente.gov.br)

---

*O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.*

*É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.*

---

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 27, n. 06 (Junho, 2021). –  
Brasília: STN, 1995\_.

Mensal.

**Continuação de:** Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas – Periódicos. 2. Receita pública – Periódicos. 3. Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

## Panorama Geral do Resultado do Governo Central

### Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

R\$ milhões - a preços correntes

Discriminação	Julho		Variação (2021/2020)		
	2020	2021	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
<b>1. Receita Total</b>	<b>111.098,8</b>	<b>167.180,8</b>	<b>56.082,1</b>	<b>50,5%</b>	<b>38,1%</b>
<b>2. Transf. por Repartição de Receita</b>	<b>20.847,6</b>	<b>28.052,9</b>	<b>7.205,4</b>	<b>34,6%</b>	<b>23,5%</b>
<b>3. Receita Líquida (I-II)</b>	<b>90.251,2</b>	<b>139.127,9</b>	<b>48.876,7</b>	<b>54,2%</b>	<b>41,4%</b>
<b>4. Despesa Total</b>	<b>178.137,7</b>	<b>158.956,7</b>	<b>-19.180,9</b>	<b>-10,8%</b>	<b>-18,1%</b>
<b>5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)</b>	<b>-87.886,5</b>	<b>-19.828,8</b>	<b>68.057,7</b>	<b>-77,4%</b>	<b>-79,3%</b>
Resultado do Tesouro Nacional	-67.931,7	16.442,0	84.373,8	-	-
Resultado do Banco Central	-79,5	-37,1	42,4	-53,3%	-57,2%
Resultado da Previdência Social	-19.875,2	-36.233,7	-16.358,5	82,3%	67,3%
<b>Memorando:</b>					
Resultado TN e BCB	-68.011,3	16.404,9	84.416,2	-	-

Fonte: Tesouro Nacional.

Em julho de 2021, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 19,8 bilhões contra déficit de R\$ 87,9 bilhões em julho de 2020. Em termos reais, a receita líquida cresceu R\$ 40,8 bilhões (+41,4%), enquanto a despesa total apresentou redução de R\$ 35,2 bilhões (-18,1%), quando comparadas a julho de 2020.

## Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês – Notas Explicativas

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Nota	Julho		Variação Nominal		Variação Real	
		2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>1. RECEITA TOTAL</b>		<b>111.098,8</b>	<b>167.180,8</b>	<b>56.082,1</b>	<b>50,5%</b>	<b>46.088,9</b>	<b>38,1%</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>		<b>66.826,9</b>	<b>103.919,5</b>	<b>37.092,6</b>	<b>55,5%</b>	<b>31.081,6</b>	<b>42,7%</b>
1.1.1 Imposto de Importação		3.470,2	4.802,3	1.332,1	38,4%	1.019,9	27,0%
1.1.2 IPI		4.190,3	5.103,0	912,7	21,8%	535,8	11,7%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	1	25.770,6	44.723,3	18.952,7	73,5%	16.634,7	59,2%
1.1.4 IOF	2	914,1	4.339,7	3.425,6	374,7%	3.343,4	335,6%
1.1.5 COFINS	3	18.894,2	23.325,9	4.431,7	23,5%	2.732,2	13,3%
1.1.6 PIS/PASEP		5.143,8	6.233,0	1.089,2	21,2%	626,5	11,2%
1.1.7 CSLL	4	6.450,7	12.930,5	6.479,8	100,5%	5.899,6	83,9%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		173,5	36,9	-136,6	-78,7%	-152,2	-80,5%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB		1.819,6	2.424,9	605,4	33,3%	441,7	22,3%
<b>1.2 - Incentivos Fiscais</b>		<b>0,0</b>	<b>-52,0</b>	<b>-52,0</b>	<b>-</b>	<b>-52,0</b>	<b>-</b>
<b>1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	5	<b>30.803,7</b>	<b>37.707,6</b>	<b>6.903,9</b>	<b>22,4%</b>	<b>4.133,2</b>	<b>12,3%</b>
<b>1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>		<b>13.468,2</b>	<b>25.605,8</b>	<b>12.137,6</b>	<b>90,1%</b>	<b>10.926,2</b>	<b>74,4%</b>
1.4.1 Concessões e Permissões		209,8	383,5	173,7	82,8%	154,8	67,7%
1.4.2 Dividendos e Participações		2,8	49,9	47,1	-	46,9	-
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.440,1	1.453,9	13,8	1,0%	-115,7	-7,4%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	6	5.876,7	15.799,6	9.922,9	168,9%	9.394,3	146,7%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		1.153,3	1.584,9	431,6	37,4%	327,9	26,1%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		1.562,4	1.828,6	266,2	17,0%	125,6	7,4%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.8 Demais Receitas		3.223,1	4.505,4	1.282,3	39,8%	992,4	28,2%
<b>2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>		<b>20.847,6</b>	<b>28.052,9</b>	<b>7.205,4</b>	<b>34,6%</b>	<b>5.330,1</b>	<b>23,5%</b>
<b>2.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	7	<b>17.376,5</b>	<b>23.254,1</b>	<b>5.877,7</b>	<b>33,8%</b>	<b>4.314,7</b>	<b>22,8%</b>
<b>2.2 Fundos Constitucionais</b>		<b>855,2</b>	<b>505,5</b>	<b>-349,7</b>	<b>-40,9%</b>	<b>-426,6</b>	<b>-45,8%</b>
2.2.1 Repasse Total		859,6	1.196,3	336,7	39,2%	259,4	27,7%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-4,4	-690,8	-686,4	-	-686,0	-
<b>2.3 Contribuição do Salário Educação</b>		<b>924,7</b>	<b>1.084,4</b>	<b>159,7</b>	<b>17,3%</b>	<b>76,5</b>	<b>7,6%</b>
<b>2.4 Exploração de Recursos Naturais</b>	8	<b>1.554,2</b>	<b>3.077,6</b>	<b>1.523,4</b>	<b>98,0%</b>	<b>1.383,6</b>	<b>81,7%</b>
<b>2.5 CIDE - Combustíveis</b>		<b>119,8</b>	<b>105,3</b>	<b>-14,5</b>	<b>-12,1%</b>	<b>-25,3</b>	<b>-19,4%</b>
<b>2.6 Demais</b>		<b>17,4</b>	<b>26,1</b>	<b>8,7</b>	<b>50,2%</b>	<b>7,1</b>	<b>37,8%</b>
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)</b>		<b>90.251,2</b>	<b>139.127,9</b>	<b>48.876,7</b>	<b>54,2%</b>	<b>40.758,8</b>	<b>41,4%</b>
<b>4. DESPESA TOTAL</b>		<b>178.137,7</b>	<b>158.956,7</b>	<b>-19.180,9</b>	<b>-10,8%</b>	<b>-35.204,1</b>	<b>-18,1%</b>
<b>4.1 Benefícios Previdenciários</b>	9	<b>50.678,9</b>	<b>73.941,3</b>	<b>23.262,4</b>	<b>45,9%</b>	<b>18.704,0</b>	<b>33,9%</b>
<b>4.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	10	<b>31.800,5</b>	<b>32.935,4</b>	<b>1.134,9</b>	<b>3,6%</b>	<b>-1.725,5</b>	<b>-5,0%</b>
<b>4.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>		<b>78.008,2</b>	<b>31.547,6</b>	<b>-46.460,6</b>	<b>-59,6%</b>	<b>-53.477,3</b>	<b>-62,9%</b>
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	11	4.497,5	2.345,3	-2.152,2	-47,9%	-2.556,8	-52,2%
4.3.2 Anistiados		17,7	17,7	0,0	0,3%	-1,5	-8,0%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	12	18.295,0	0,0	-18.295,0	-100,0%	-19.940,6	-100,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		54,2	56,8	2,6	4,9%	-2,2	-3,8%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		5.183,0	5.757,9	574,9	11,1%	108,7	1,9%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	13	57.542,5	19.301,4	-38.241,1	-66,5%	-43.416,9	-69,2%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		633,9	555,5	-78,4	-12,4%	-135,5	-19,6%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		129,1	94,7	-34,5	-26,7%	-46,1	-32,7%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		1.118,3	1.626,4	508,1	45,4%	407,5	33,4%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		188,6	185,2	-3,4	-1,8%	-20,4	-9,9%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		844,4	940,6	96,2	11,4%	20,3	2,2%
4.3.13 Lei Kandir e FEX		0,0	332,3	332,3	-	332,3	-
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		334,9	46,8	-288,1	-86,0%	-318,2	-87,2%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	14	-10.936,2	2.298,3	13.234,4	-	14.218,1	-
4.3.16 Transferências ANA		0,0	15,2	15,2	-	15,2	-
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		79,9	97,5	17,6	22,1%	10,5	12,0%
4.3.18 Impacto Primário do FIES	15	-11,2	-2.124,1	-2.112,9	-	-2.111,9	-
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		36,6	-	36,6	-100,0%	39,9	-100,0%
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira</b>		<b>17.650,1</b>	<b>20.532,4</b>	<b>2.882,3</b>	<b>16,3%</b>	<b>1.294,7</b>	<b>6,7%</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo		9.196,1	10.700,7	1.504,6	16,4%	677,5	6,8%
4.4.2 Discretionárias		8.454,0	9.831,7	1.377,7	16,3%	617,2	6,7%
<b>5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>		<b>-87.886,5</b>	<b>-19.828,8</b>	<b>68.057,7</b>	<b>-77,4%</b>	<b>75.962,9</b>	<b>-79,3%</b>

**Nota 1 - Imposto sobre a Renda (+ R\$ 16.634,7 milhões / + 59,2%):** crescimento explicado, principalmente, pela elevação real no Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (+ R\$ 13.773,2 milhões / +128,9%) e no Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (+ R\$ 2.178,2 milhões / +16,9%). **Em relação ao IRPJ, destacam-se:** i) acréscimos reais de 77,92% na arrecadação referente à estimativa mensal; ii) de 68,48% na arrecadação do balanço trimestral; e iii) de 36,16% na do lucro presumido. Houve também recolhimentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 4 bilhões, por algumas empresas de diversos setores econômicos. O resultado do IRRF é explicado, basicamente, pelo acréscimo real na arrecadação dos itens “Rendimentos do Trabalho Assalariado” (+13,73%), “Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público” (+24,57%) e “Participação nos Lucros ou Resultados – PLR” (+229,30%).

**Nota 2 - IOF (+ R\$ 3.343,4 milhões / + 335,6%):** aumento justificado principalmente restauração da tributação das operações de crédito, cuja alíquota se encontrava reduzida a zero entre 1º e 30 de julho de 2020.

**Nota 3 - Cofins (+ R\$ 2.732,2 milhões / + 13,3%):** esse resultado decorreu, fundamentalmente, dos acréscimos reais de 11,50% do volume de vendas (PMC-IBGE) e de 21,10% no volume de serviços (PMS-IBGE) em junho de 2021 em relação a junho de 2020.

**Nota 4 - CSLL (+ R\$ 5.899,6 milhões / + 83,9%):** mesma explicação do IRPJ (ver Nota anterior).

**Nota 5 - Arrecadação Líquida para o RGPS (+ R\$ 4.133,2 milhões / + 12,3%):** esse desempenho é influenciado pelo saldo positivo de 309.114 empregos registrado no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged/MTE). Ainda, em julho de 2020 houve o diferimento dos parcelamentos especiais, em função da Portaria ME 201/20, e a suspensão do prazo de pagamento dos parcelamentos celebrados entre a União e os municípios, em função da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.072/20. Já em julho de 2021 começou a ser paga a parcela do diferimento do Simples Nacional relativa ao mês de abril de 2021 (Resolução CGSN nº 158/21).

**Nota 6 - Receitas de Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 9.394,3 milhões / + 146,7%):** devido ao efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção.

**Nota 7 - FPM / FPE / IPI-EE (+ R\$ 4.314,7 milhões / + 22,8%):** reflexo da elevação conjunta, em junho-julho de 2021, dos tributos compartilhados (IR e IPI), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

**Nota 8 - Transferências de Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 1.383,6 milhões / + 81,7%):** efeito derivado do aumento da arrecadação na rubrica "Exploração de Recursos Naturais".

**Nota 9 - Benefícios Previdenciários - Total (+ R\$ 18.704,0 milhões / + 33,9%):** resultado explicado, principalmente, pela antecipação no pagamento de parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas em julho de 2021, sem contrapartida em julho de 2020.

**Nota 10 - Pessoal e Encargos Sociais (- R\$ 1.725,5 milhões / - 5,0%):** redução real influenciada pela ausência de reajustes salariais aos servidores públicos.

**Nota 11 - Abono e Seguro Desemprego (- R\$ 2.556,8 milhões / - 52,2%):** diminuição resultante dos impactos causados pela pandemia do Coronavírus (Covid-19) sobre a economia, em particular, sobre o nível de emprego (impacto mais expressivo em 2020), bem como da antecipação do pagamento do abono em 2020, sem contrapartida em 2021.

**Nota 12 - Apoio Fin. Municípios/Estados (- R\$ 19.940,6 milhões):** em julho de 2020 foi realizado pagamento de Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF, inserido no rol de medidas para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), sem contrapartida no mesmo mês de 2021.

**Nota 13 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (- R\$ 43.416,9 milhões / - 69,2%):** redução das principais despesas associadas às medidas de combate ao Covid-19, comparadas ao mês de julho de 2020: i) Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 8,5 bi em 2021 / R\$ 50,0 bi em 2020); ii) Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 1,7 bi em 2021 / R\$ 8,0 bi em 2020); iii) Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 2,4 bi em 2021 / R\$ 4,7 bi em 2020). Essa redução é parcialmente compensada pelo crescimento da despesa referente a Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito (R\$ 5,0 bi em 2021 / R\$ 0,0 em 2020) e à Aquisição de Vacinas (R\$ 1,7 bi em 2021 / R\$ 0,0 em 2020).

**Nota 14 - Subsídios, Subvenções e Proagro (+ R\$ 14.218,1 milhões):** aumento explicado, principalmente, porque em julho de 2020 houve devolução à União de R\$ 14,3 bilhões (em valores reais) que haviam sido destinados ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE, instituído pela MP 944/2020, para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19). Evento sem contrapartida em julho de 2021.

**Nota 15 - Impacto Primário do FIES (- R\$ 2.111,9 milhões):** resultado influenciado por honras realizadas pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) no valor de R\$ 2,4 bilhões em julho de 2021, sem contrapartida em julho de 2020.

## Panorama Geral do Resultado do Governo Central

### Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Acumulado do Ano Anterior

R\$ milhões - a preços correntes

Discriminação	Jan-Jul		Variação (2021/2020)		
	2020	2021	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
<b>1. Receita Total</b>	<b>769.529,1</b>	<b>1.067.525,8</b>	<b>297.996,7</b>	<b>38,7%</b>	<b>29,9%</b>
<b>2. Transf. por Repartição de Receita</b>	<b>152.373,7</b>	<b>196.368,0</b>	<b>43.994,3</b>	<b>28,9%</b>	<b>20,7%</b>
<b>3. Receita Líquida (1-2)</b>	<b>617.155,4</b>	<b>871.157,8</b>	<b>254.002,4</b>	<b>41,2%</b>	<b>32,2%</b>
<b>4. Despesa Total</b>	<b>1.122.387,5</b>	<b>944.589,6</b>	<b>-177.797,9</b>	<b>-15,8%</b>	<b>-21,4%</b>
<b>5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)</b>	<b>-505.232,1</b>	<b>-73.431,8</b>	<b>431.800,3</b>	<b>-85,5%</b>	<b>-86,8%</b>
Resultado do Tesouro Nacional	-289.562,8	121.510,4	411.073,2	-	-
Resultado do Banco Central	-350,4	-328,6	21,8	-6,2%	-12,2%
Resultado da Previdência Social	-215.318,9	-194.613,7	20.705,3	-9,6%	-15,9%
<b>Memorando:</b>					
Resultado TN e BCB	-289.913,2	121.181,8	411.095,0	-	-

Fonte: Tesouro Nacional.

Comparativamente ao acumulado até julho, o resultado primário do Governo Central passou de déficit de R\$ 505,2 bilhões em 2020 para déficit de R\$ 73,4 bilhões em 2021. Em termos reais, a receita líquida apresentou acréscimo de R\$ 216,9 bilhões (+32,2%) e a despesa total diminuiu R\$ 262,7 bilhões (-21,4%), quando comparadas aos primeiros sete meses de 2020.

## Resultado Primário do Governo Central Acumulado – Notas Explicativas

R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	Nota	Jan-Jun		Variação Nominal		Variação Real	
		2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>1. RECEITA TOTAL</b>		<b>658.430,3</b>	<b>900.344,9</b>	<b>241.914,6</b>	<b>36,7%</b>	<b>203.237,8</b>	<b>28,5%</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>		<b>418.845,7</b>	<b>573.809,6</b>	<b>154.963,8</b>	<b>37,0%</b>	<b>130.760,7</b>	<b>28,9%</b>
1.1.1 Imposto de Importação	1	20.583,6	30.606,4	10.022,7	48,7%	8.835,6	39,7%
1.1.2 IPI	2	22.223,6	34.774,2	12.550,7	56,5%	11.278,4	46,9%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	3	202.798,5	257.752,2	54.953,7	27,1%	42.940,3	19,6%
1.1.4 IOF		15.097,1	20.427,8	5.330,7	35,3%	4.399,4	27,0%
1.1.5 COFINS	4	80.479,9	126.188,4	45.708,5	56,8%	41.323,6	47,5%
1.1.6 PIS/PASEP	5	23.500,3	35.752,1	12.251,8	52,1%	10.951,1	43,1%
1.1.7 CSLL	6	41.988,0	56.403,7	14.415,6	34,3%	12.110,3	26,7%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		1.056,4	624,0	-432,5	-40,9%	-510,1	-44,6%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB		11.118,3	11.280,8	162,5	1,5%	-567,8	-4,7%
<b>1.2 - Incentivos Fiscais</b>		<b>-137,5</b>	<b>-33,8</b>	<b>103,7</b>	<b>-75,4%</b>	<b>114,7</b>	<b>-76,9%</b>
<b>1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>7</b>	<b>162.348,0</b>	<b>205.166,2</b>	<b>42.818,1</b>	<b>26,4%</b>	<b>32.855,8</b>	<b>18,7%</b>
<b>1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>		<b>77.374,1</b>	<b>121.403,1</b>	<b>44.029,0</b>	<b>56,9%</b>	<b>39.506,7</b>	<b>47,2%</b>
1.4.1 Concessões e Permissões		1.521,2	1.868,6	347,3	22,8%	257,8	15,7%
1.4.2 Dividendos e Participações	8	3.142,9	14.308,0	11.165,1	355,3%	11.040,3	324,7%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		7.563,0	8.168,2	605,3	8,0%	116,0	1,4%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	9	28.980,1	40.106,8	11.126,7	38,4%	9.451,2	30,1%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		6.731,4	7.855,8	1.124,3	16,7%	701,7	9,6%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		10.098,7	10.910,7	812,0	8,0%	163,3	1,5%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		31,7	0,0	-31,7	-100,0%	-34,3	-100,0%
1.4.8 Demais Receitas	10	19.305,0	38.185,0	18.879,9	97,8%	17.810,7	85,3%
<b>2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>		<b>131.526,1</b>	<b>168.371,6</b>	<b>36.845,5</b>	<b>28,0%</b>	<b>28.816,4</b>	<b>20,3%</b>
<b>2.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>11</b>	<b>101.485,1</b>	<b>133.432,1</b>	<b>31.946,9</b>	<b>31,5%</b>	<b>25.863,4</b>	<b>23,6%</b>
<b>2.2 Fundos Constitucionais</b>		<b>4.606,3</b>	<b>3.429,0</b>	<b>-1.177,3</b>	<b>-25,6%</b>	<b>-1.511,6</b>	<b>-30,3%</b>
2.2.1 Repasse Total		6.768,2	8.860,9	2.092,7	30,9%	1.685,4	23,0%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-2.162,0	-5.431,9	-3.269,9	151,2%	-3.197,0	136,8%
<b>2.3 Contribuição do Salário Educação</b>		<b>6.714,2</b>	<b>7.175,9</b>	<b>461,8</b>	<b>6,9%</b>	<b>40,6</b>	<b>0,6%</b>
<b>2.4 Exploração de Recursos Naturais</b>	<b>12</b>	<b>18.094,5</b>	<b>23.891,1</b>	<b>5.796,7</b>	<b>32,0%</b>	<b>4.647,1</b>	<b>23,7%</b>
<b>2.5 CIDE - Combustíveis</b>		<b>393,0</b>	<b>168,6</b>	<b>-224,4</b>	<b>-57,1%</b>	<b>-252,4</b>	<b>-59,4%</b>
<b>2.6 Demais</b>		<b>233,1</b>	<b>274,9</b>	<b>41,8</b>	<b>17,9%</b>	<b>29,4</b>	<b>11,7%</b>
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)</b>		<b>526.904,2</b>	<b>731.973,3</b>	<b>205.069,1</b>	<b>38,9%</b>	<b>174.421,3</b>	<b>30,6%</b>
<b>4. DESPESA TOTAL</b>		<b>944.249,8</b>	<b>785.627,2</b>	<b>-158.622,6</b>	<b>-16,8%</b>	<b>-225.311,1</b>	<b>-22,0%</b>
<b>4.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>13</b>	<b>357.791,7</b>	<b>363.546,1</b>	<b>5.754,4</b>	<b>1,6%</b>	<b>-18.579,8</b>	<b>-4,8%</b>
<b>4.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>14</b>	<b>152.607,7</b>	<b>157.756,4</b>	<b>5.148,7</b>	<b>3,4%</b>	<b>-4.895,9</b>	<b>-3,0%</b>
<b>4.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>		<b>323.998,1</b>	<b>156.716,6</b>	<b>-167.281,5</b>	<b>-51,6%</b>	<b>-192.143,7</b>	<b>-54,7%</b>
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	15	34.594,2	29.186,3	-5.407,9	-15,6%	-7.644,9	-20,4%
4.3.2 Anistiados		76,9	74,9	-2,1	-2,7%	-7,1	-8,6%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	16	21.643,8	0,0	-21.643,8	-100,0%	-23.451,7	-100,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		325,6	325,4	-0,2	0,0%	-21,6	-6,1%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		31.430,8	33.725,3	2.294,5	7,3%	249,9	0,7%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		31,7	0,0	-31,7	-100,0%	-34,3	-100,0%
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	17	171.360,8	48.693,3	-122.667,4	-71,6%	-136.630,6	-73,6%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		5.488,8	4.168,1	-1.320,7	-24,1%	-1.709,4	-28,8%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		322,2	364,1	41,9	13,0%	17,0	4,9%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		9.103,5	9.803,5	700,0	7,7%	146,6	1,5%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		924,5	959,2	34,7	3,8%	-27,6	-2,8%
4.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		4.901,0	4.718,8	-182,2	-3,7%	-516,3	-9,7%
4.3.13 Lei Kandir e FEX		0,0	2.862,3	2.862,3	-	2.922,1	-
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	18	21.208,4	17.426,9	-3.781,5	-17,8%	-5.530,2	-24,1%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	19	21.449,5	2.825,3	-18.624,2	-86,8%	-20.304,4	-87,5%
4.3.16 Transferências ANA		4,7	30,5	25,8	547,4%	25,9	508,3%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		1.333,6	570,9	-762,6	-57,2%	-864,3	-59,8%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		-201,8	981,6	1.183,4	-	1.237,2	-
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	-	-	-	-	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira</b>		<b>109.852,3</b>	<b>107.608,1</b>	<b>-2.244,1</b>	<b>-2,0%</b>	<b>9.691,7</b>	<b>-8,2%</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo		62.400,4	68.210,6	5.810,2	9,3%	1.790,2	2,7%
4.4.2 Discricionárias	20	47.451,9	39.397,5	-8.054,4	-17,0%	-11.482,0	-22,4%
<b>5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL</b>		<b>-417.345,6</b>	<b>-53.653,9</b>	<b>363.691,7</b>	<b>-87,1%</b>	<b>399.732,5</b>	<b>-88,4%</b>



**Nota 1 - Imposto de Importação (+ R\$ 9.940,3 milhões / + 37,8%):** essa variação decorre, principalmente, da elevação de 36,80% no valor em dólar (volume) das importações, aumento de 7,50% na taxa média de câmbio e aumento de 5,85% na alíquota média efetiva do imposto de importação.

**Nota 2 - IPI (+ R\$ 11.922,4 milhões / + 41,3%):** resultado influenciado elevação de 4,83% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado, combinado com a elevação do valor em dólar das importações e o aumento de 7,50% na taxa média de câmbio. Em relação ao IPI-Outros, o resultado reflete o crescimento de 13,86% na produção industrial de dezembro de 2020 a junho de 2021 em comparação com dezembro de 2019 a junho de 2020 (Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física/IBGE).

**Nota 3 - Imposto sobre a Renda (+ R\$ 59.987,1 milhões / + 24,0%):** crescimento explicado, principalmente, pela elevação real no Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (+ R\$ 50.955,0 milhões / + 58,7%) e no Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF (+ R\$ 10.042,1 milhões / + 40,9%). **O resultado do IRPJ é influenciado, basicamente, pelo:** i) incremento real de 48,42% na arrecadação referente à estimativa mensal; ii) de 84,71% na arrecadação do balanço trimestral; e iii) de 20,49% na arrecadação do lucro presumido. Destaca-se que houve recolhimentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 2,8 bilhões no período de janeiro a julho de 2020 e de R\$ 24,0 bilhões no período de janeiro a julho de 2021. **Em relação ao IRPF, o aumento real é explicado, principalmente, pelo:** i) acréscimo real de 39,06% na arrecadação das quotas da declaração de ajuste anual (em razão da postergação dos recolhimentos desse ajuste em 2020); e ii) de 59,57% na arrecadação relativa aos ganhos de capital na alienação de bens.

**Nota 4 - IOF (+ R\$ 7.785,0 milhões / + 44,5%):** resultado explicado, principalmente, pela restauração da tributação das operações de crédito, cuja alíquota se encontrava reduzida a zero entre 3 de abril e 30 de julho de 2020.

**Nota 5 - Cofins (+ R\$ 44.452,5 milhões / + 41,0%):** resultado derivado, principalmente, a) da prorrogação do prazo para o recolhimento desta contribuição, de abril a junho de 2020, para agosto, outubro e novembro do referido ano, em razão da pandemia relacionada ao Coronavírus; b) pelos acréscimos reais de 10,56% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de 7,29% no volume de serviços (PMS-IBGE), no período compreendido de dezembro de 2020 a junho de 2021, em relação ao período compreendido de dezembro de 2019 a junho de 2020; e c) pelo crescimento da arrecadação associada com as importações.

**Nota 6 - PIS/Pasep (+ R\$ 11.682,8 milhões / + 37,4%):** mesma explicação da COFINS (ver Nota anterior).

**Nota 7 - CSLL (+ R\$ 18.126,1 milhões / + 34,3%):** mesma explicação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (ver Nota anterior).

**Nota 8 - Arrecadação Líquida para o RGPS (+ R\$ 37.304,4 milhões / + 17,7%):** aumento explicado pela combinação de três fatores: a) em abril de 2020, houve diferimento do prazo para pagamento do Simples Nacional e da Contribuição Previdenciária Patronal e em maio de 2020, além dos diferimentos citados, houve a prorrogação do prazo de pagamento de parcelamentos especiais. Já em junho de 2020, além dos citados diferimentos, houve a suspensão do prazo de pagamento dos parcelamentos celebrados entre a União e os municípios. Em julho de 2020, houve somente o diferimento dos parcelamentos especiais e a suspensão do prazo de pagamento dos parcelamentos celebrados entre a União e os municípios, ambos citados anteriormente. Já de abril a junho de 2021, houve diferimento do prazo para pagamento do Simples Nacional e em julho de 2021 começou a ser paga a parcela do diferimento do Simples Nacional relativa ao mês de abril de 2021; b) o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged/MTE) apresentou, até o mês de junho de 2021, um saldo positivo de 1.536.717 empregos; c) por outro lado, a massa salarial habitual de dezembro de 2020 a maio de 2021, apurada pela PNAD Contínua – Mensal/IBGE em todas as regiões brasileiras, apresentou queda real de 10,63% em relação a igual período do ano anterior.

**Nota 9 - Dividendos e Participações (+ R\$ 11.193,2 milhões / + 325,7%):** aumento explicado principalmente pelo recebimento de dividendos do BNDES (+ R\$ 5,0 bilhões), sem contrapartida em 2020. Ainda, houve aumento real nos dividendos pagos pela Petrobras e pela Caixa Econômica Federal (R\$ 2,2 bilhões e R\$ 1,8 bilhão, respectivamente) quando comparados 2020 e 2021.

**Nota 10 - Receitas de Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 18.936,3 milhões / + 49,8%):** devido ao efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção.

**Nota 11 - Demais Receitas Não Administradas pela Receita Federal do Brasil (+ R\$ 18.974,0 milhões / + 77,1%):** influenciadas pela devolução de R\$ 6,3 bilhões relativa ao Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) e pelas elevações na restituição de despesas de exercícios anteriores (+ R\$ 5,8 bilhões) e na arrecadação de cota-parte do adicional ao frete para a renovação da marinha mercante - AFRMM (+ R\$ 2,9 bilhões).

**Nota 12 - FPM / FPE / IPI-EE (+ R\$ 30.426,3 milhões / + 23,4%):** reflexo do aumento conjunto dos tributos compartilhados (IR e IPI), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

**Nota 13 - Transferências de Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 6.075,3 milhões / + 28,3%):** devido a fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de exploração de recursos naturais.

**Nota 14 - Pessoal e Encargos Sociais (- R\$ 6.668,4 milhões / - 3,3%):** redução real influenciada pela ausência de reajustes salariais aos servidores públicos.

**Nota 15 - Abono e Seguro Desemprego (-R\$ 10.275,1 milhões / -24,1%):** diminuição resultante dos impactos causados pela pandemia do Coronavírus (Covid-19) sobre a economia, em particular, sobre o nível de emprego (impacto mais expressivo em 2020), bem como da antecipação do pagamento do abono salarial em 2020, sem contrapartida em 2021, e postergação dos pagamentos de abono salarial do 2º semestre de 2021 para o ano de 2022.

**Nota 16 - Apoio Fin. Municípios/Estados (-R\$ 43.617,4 milhões):** em 2020 foi realizado pagamento de Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF, inserido no rol de medidas para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), sem contrapartida em 2021.

**Nota 17 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (- R\$ 181.359,1 milhões / - 72,5%):** redução das principais despesas associadas às medidas de combate ao Covid-19, comparados ao período de janeiro-julho de 2021: i) Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 36,3 bi em 2021 / R\$ 183,0 bi em 2020); ii) Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 11,0 bi em 2021 / R\$ 23,7 bi em 2020); iii) Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 6,4 bi em 2021 / R\$ 19,9 bi em 2020); e iv) Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito (R\$ 5,0 bi em 2021 / R\$ 22,9 bi em 2020). Essa redução é parcialmente compensada pelo crescimento da despesa referente à Aquisição de Vacinas (R\$ 9,8 bi em 2021 / R\$ 0,0 em 2020).

**Nota 18 - Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) (- R\$ 5.901,5 milhões / -25,0%):** redução no pagamento de precatórios.

**Nota 19 - Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 6.281,2 milhões / - 54,6%):** redução explicada principalmente pela implementação do Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE, em abril de 2020, no valor de R\$ 18,6 bilhões, para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), e posterior devolução de R\$ 14,3 bilhões desse programa em julho de 2020, ambos os eventos sem contrapartida em 2021. Ainda, houve redução real de R\$ 974,1 milhões no Programa de Sustentação ao Investimento - PSI, que deixou de ter novos contratos em 2015.

**Nota 20 - Despesas Discricionárias do Poder Executivo (- R\$ 11.454,7 milhões / - 18,8%):** apesar da predominância nas reduções de R\$ 4.771,6 milhões (-28,7%) na função Saúde e de R\$ R\$ 1.647,7 milhões (-14,7%) na função Educação, houve queda na execução de despesas discricionárias em todas as funções. Efeito influenciado pelo atraso na aprovação do orçamento federal.

**Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil**  
**R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)**

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>1. RECEITA TOTAL <sup>1/</sup></b>	<b>111.098,8</b>	<b>167.180,8</b>	<b>56.082,1</b>	<b>50,5%</b>	<b>46.088,9</b>	<b>38,1%</b>	<b>769.529,1</b>	<b>1.067.525,8</b>	<b>297.996,7</b>	<b>38,7%</b>	<b>251.277,7</b>	<b>29,9%</b>
<b>1.1 - Receita Administrada pela RFB</b>	<b>66.826,9</b>	<b>103.919,5</b>	<b>37.092,6</b>	<b>55,5%</b>	<b>31.081,6</b>	<b>42,7%</b>	<b>485.672,7</b>	<b>677.729,1</b>	<b>192.056,4</b>	<b>39,5%</b>	<b>163.097,5</b>	<b>30,8%</b>
1.1.1 Imposto de Importação	3.470,2	4.802,3	1.332,1	38,4%	1.019,9	27,0%	24.053,8	35.408,7	11.354,8	47,2%	9.940,3	37,8%
1.1.2 IPI	4.190,3	5.103,0	912,7	21,8%	535,8	11,7%	26.413,8	39.877,2	13.463,3	51,0%	11.922,4	41,3%
1.1.2.1 IPI - Fumo	540,4	476,8	-63,7	-11,8%	-112,3	-19,1%	3.380,4	3.244,0	-136,4	-4,0%	-371,4	-10,1%
1.1.2.2 IPI - Bebidas	203,0	213,4	10,5	5,2%	-7,8	-3,5%	1.592,0	1.621,4	29,4	1,8%	-79,2	-4,6%
1.1.2.3 IPI - Automóveis	248,5	278,5	29,9	12,0%	7,6	2,8%	1.746,5	2.165,4	418,9	24,0%	309,9	16,2%
1.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.652,2	2.423,5	771,3	46,7%	622,7	34,6%	11.007,8	17.572,4	6.564,6	59,6%	5.940,5	49,4%
1.1.2.5 IPI - Outros	1.546,1	1.710,7	164,6	10,6%	25,5	1,5%	8.687,0	15.274,0	6.586,9	75,8%	6.122,7	64,6%
1.1.3 Imposto de Renda	25.770,6	44.723,3	18.952,7	73,5%	16.634,7	59,2%	228.569,2	302.475,6	73.906,4	32,3%	59.987,1	24,0%
1.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	4.131,2	5.186,1	1.054,9	25,5%	683,3	15,2%	22.472,8	33.981,6	11.508,9	51,2%	10.042,1	40,9%
1.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	9.805,9	24.461,1	14.655,2	149,5%	13.773,2	128,9%	79.534,7	134.574,4	55.039,8	69,2%	50.955,0	58,7%
1.1.3.3 I.R. - Retido na fonte	11.833,5	15.076,1	3.242,6	27,4%	2.178,2	16,9%	126.561,8	133.919,5	7.357,7	5,8%	-1.010,0	-0,7%
1.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	4.228,7	6.012,7	1.784,0	42,2%	1.403,6	30,5%	68.504,6	71.901,0	3.396,4	5,0%	-985,1	-1,3%
1.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.643,4	4.389,7	746,3	20,5%	418,6	10,5%	28.816,7	29.425,6	608,9	2,1%	-1.441,5	-4,6%
1.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.846,5	2.475,9	-370,6	-13,0%	-626,6	-20,2%	22.084,7	22.585,7	501,0	2,3%	-979,8	-4,1%
1.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.115,0	2.197,9	1.082,9	97,1%	982,6	80,8%	7.155,7	10.007,2	2.851,5	39,8%	2.396,3	30,7%
1.1.4 IOF	914,1	4.339,7	3.425,6	374,7%	3.343,4	335,6%	16.011,3	24.767,5	8.756,3	54,7%	7.785,0	44,5%
1.1.5 Cofins	18.894,2	23.325,9	4.431,7	23,5%	2.732,2	13,3%	99.374,1	149.514,3	50.140,3	50,5%	44.452,5	41,0%
1.1.6 PIS/Pasep	5.143,8	6.233,0	1.089,2	21,2%	626,5	11,2%	28.644,1	41.985,1	13.341,0	46,6%	11.682,8	37,4%
1.1.7 CSLL	6.450,7	12.930,5	6.479,8	100,5%	5.899,6	83,9%	48.438,7	69.334,2	20.895,5	43,1%	18.126,1	34,3%
1.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis	173,5	36,9	-136,6	-78,7%	-152,2	-80,5%	1.229,9	660,9	-569,1	-46,3%	-667,2	-49,7%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	1.819,6	2.424,9	605,4	33,3%	441,7	22,3%	12.937,8	13.705,7	767,9	5,9%	-131,6	-0,9%
<b>1.2 - Incentivos Fiscais</b>	<b>0,0</b>	<b>-52,0</b>	<b>-52,0</b>	<b>-</b>	<b>-52,0</b>	<b>-</b>	<b>-137,5</b>	<b>-85,9</b>	<b>51,7</b>	<b>-37,6%</b>	<b>63,8</b>	<b>-42,4%</b>
<b>1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>30.803,7</b>	<b>37.707,6</b>	<b>6.903,9</b>	<b>22,4%</b>	<b>4.133,2</b>	<b>12,3%</b>	<b>193.151,7</b>	<b>242.873,8</b>	<b>49.722,1</b>	<b>25,7%</b>	<b>37.304,4</b>	<b>17,7%</b>
1.3.1 Urbana	30.173,2	36.835,1	6.661,8	22,1%	3.947,8	12,0%	188.775,9	237.051,9	48.276,0	25,6%	36.139,8	17,5%
1.3.2 Rural	630,4	872,5	242,1	38,4%	185,4	27,0%	4.375,8	5.821,9	1.446,1	33,0%	1.164,5	24,4%
<b>1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB</b>	<b>13.468,2</b>	<b>25.605,8</b>	<b>12.137,6</b>	<b>90,1%</b>	<b>10.926,2</b>	<b>74,4%</b>	<b>90.842,3</b>	<b>147.008,8</b>	<b>56.166,6</b>	<b>61,8%</b>	<b>50.812,1</b>	<b>51,2%</b>
1.4.1 Concessões e Permissões	209,8	383,5	173,7	82,8%	154,8	67,7%	1.731,0	2.252,0	521,0	30,1%	415,1	22,0%
1.4.2 Dividendos e Participações	2,8	49,9	47,1	-	46,9	-	3.145,7	14.357,9	11.212,3	356,4%	11.193,2	325,7%
1.4.2.1 Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	892,4	1.668,5	776,1	87,0%	729,8	75,1%
1.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	130,3	135,0	4,7	3,6%	-4,2	-3,0%
1.4.2.3 BNDES	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	4.949,2	4.949,2	-	5.023,2	-
1.4.2.4 Caixa	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	1.008,0	2.816,2	1.808,1	179,4%	1.752,7	158,5%
1.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.6 Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	958,5	958,5	-	993,1	-
1.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.8 Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	751,6	2.965,0	2.213,5	294,5%	2.215,2	270,4%

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1.4.2.9 Demais	2,8	49,9	47,1	-	46,9	-	363,3	865,5	502,2	138,2%	483,3	121,7%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.440,1	1.453,9	13,8	1,0%	-115,7	-7,4%	9.003,1	9.622,2	619,1	6,9%	1,4	0,0%
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	5.876,7	15.799,6	9.922,9	168,9%	9.394,3	146,7%	34.856,8	55.906,4	21.049,6	60,4%	18.936,3	49,8%
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.153,3	1.584,9	431,6	37,4%	327,9	26,1%	7.884,7	9.440,6	1.555,9	19,7%	1.036,3	12,0%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.562,4	1.828,6	266,2	17,0%	125,6	7,4%	11.661,1	12.739,3	1.078,2	9,2%	290,5	2,3%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	31,7	0,0	-31,7	-100,0%	-34,6	-100,0%
1.4.8 Demais Receitas	3.223,1	4.505,4	1.282,3	39,8%	992,4	28,2%	22.528,2	42.690,4	20.162,2	89,5%	18.974,0	77,1%
d/q Operações com Ativos	146,5	0,0	-146,5	-100,0%	-159,7	-100,0%	845,7	0,0	-845,7	-100,0%	-923,2	-100,0%
<b>2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA <sup>2/</sup></b>	<b>20.847,6</b>	<b>28.052,9</b>	<b>7.205,4</b>	<b>34,6%</b>	<b>5.330,1</b>	<b>23,5%</b>	<b>152.373,7</b>	<b>196.368,0</b>	<b>43.994,3</b>	<b>28,9%</b>	<b>34.366,1</b>	<b>20,7%</b>
<b>2.1 FPM / FPE / IPI-EE</b>	<b>17.376,5</b>	<b>23.254,1</b>	<b>5.877,7</b>	<b>33,8%</b>	<b>4.314,7</b>	<b>22,8%</b>	<b>118.861,6</b>	<b>156.686,2</b>	<b>37.824,6</b>	<b>31,8%</b>	<b>30.426,3</b>	<b>23,4%</b>
<b>2.2 Fundos Constitucionais</b>	<b>855,2</b>	<b>505,5</b>	<b>-349,7</b>	<b>-40,9%</b>	<b>-426,6</b>	<b>-45,8%</b>	<b>5.461,4</b>	<b>3.878,0</b>	<b>-1.583,5</b>	<b>-29,0%</b>	<b>-2.009,8</b>	<b>-33,7%</b>
2.2.1 Repasse Total	859,6	1.196,3	336,7	39,2%	259,4	27,7%	7.627,8	10.057,2	2.429,4	31,8%	1.961,0	23,5%
2.2.2 Superávit dos Fundos	-4,4	-690,8	-686,4	-	-686,0	-	-2.166,4	-6.179,3	-4.012,8	185,2%	-3.970,8	168,0%
<b>2.3 Contribuição do Salário Educação</b>	<b>924,7</b>	<b>1.084,4</b>	<b>159,7</b>	<b>17,3%</b>	<b>76,5</b>	<b>7,6%</b>	<b>7.638,8</b>	<b>8.260,3</b>	<b>621,5</b>	<b>8,1%</b>	<b>117,5</b>	<b>1,4%</b>
<b>2.4 Exploração de Recursos Naturais</b>	<b>1.554,2</b>	<b>3.077,6</b>	<b>1.523,4</b>	<b>98,0%</b>	<b>1.383,6</b>	<b>81,7%</b>	<b>19.648,6</b>	<b>26.968,7</b>	<b>7.320,1</b>	<b>37,3%</b>	<b>6.075,3</b>	<b>28,3%</b>
<b>2.5 CIDE - Combustíveis</b>	<b>119,8</b>	<b>105,3</b>	<b>-14,5</b>	<b>-12,1%</b>	<b>-25,3</b>	<b>-19,4%</b>	<b>512,8</b>	<b>273,9</b>	<b>-238,9</b>	<b>-46,6%</b>	<b>-280,1</b>	<b>-50,0%</b>
<b>2.6 Demais</b>	<b>17,4</b>	<b>26,1</b>	<b>8,7</b>	<b>50,2%</b>	<b>7,1</b>	<b>37,8%</b>	<b>250,5</b>	<b>301,0</b>	<b>50,5</b>	<b>20,2%</b>	<b>36,8</b>	<b>13,5%</b>
<b>3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)</b>	<b>90.251,2</b>	<b>139.127,9</b>	<b>48.876,7</b>	<b>54,2%</b>	<b>40.758,8</b>	<b>41,4%</b>	<b>617.155,4</b>	<b>871.157,8</b>	<b>254.002,4</b>	<b>41,2%</b>	<b>216.911,6</b>	<b>32,2%</b>
<b>4. DESPESA TOTAL <sup>2/</sup></b>	<b>178.137,7</b>	<b>158.956,7</b>	<b>-19.180,9</b>	<b>-10,8%</b>	<b>-35.204,1</b>	<b>-18,1%</b>	<b>1.122.387,5</b>	<b>944.589,6</b>	<b>-177.797,9</b>	<b>-15,8%</b>	<b>-262.672,5</b>	<b>-21,4%</b>
<b>4.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>50.678,9</b>	<b>73.941,3</b>	<b>23.262,4</b>	<b>45,9%</b>	<b>18.704,0</b>	<b>33,9%</b>	<b>408.470,6</b>	<b>437.487,4</b>	<b>29.016,8</b>	<b>7,1%</b>	<b>-54,2</b>	<b>0,0%</b>
<i>Benefícios Previdenciários - Urbano <sup>3/</sup></i>	40.212,5	60.464,6	20.252,0	50,4%	16.635,0	38,0%	326.188,5	347.801,5	21.613,0	6,6%	-1.671,8	-0,5%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	1.287,4	1.400,3	113,0	8,8%	-2,8	-0,2%	11.666,6	14.134,1	2.467,4	21,1%	1.575,9	12,4%
<i>Benefícios Previdenciários - Rural <sup>3/</sup></i>	10.466,3	13.476,8	3.010,4	28,8%	2.069,0	18,1%	82.282,1	89.685,9	7.403,8	9,0%	1.617,6	1,8%
<i>Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	337,1	313,5	-23,6	-7,0%	-54,0	-14,7%	2.806,2	3.655,2	849,0	30,3%	639,2	20,8%
<b>4.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>31.800,5</b>	<b>32.935,4</b>	<b>1.134,9</b>	<b>3,6%</b>	<b>-1.725,5</b>	<b>-5,0%</b>	<b>184.408,2</b>	<b>190.691,8</b>	<b>6.283,6</b>	<b>3,4%</b>	<b>-6.668,4</b>	<b>-3,3%</b>
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	268,1	252,1	-16,0	-6,0%	-40,1	-13,7%	4.689,6	7.938,7	3.249,1	69,3%	2.898,8	56,5%
<b>4.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>78.008,2</b>	<b>31.547,6</b>	<b>-46.460,6</b>	<b>-59,6%</b>	<b>-53.477,3</b>	<b>-62,9%</b>	<b>402.006,4</b>	<b>188.269,9</b>	<b>-213.736,5</b>	<b>-53,2%</b>	<b>-247.459,9</b>	<b>-56,3%</b>
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.497,5	2.345,3	-2.152,2	-47,9%	-2.556,8	-52,2%	39.091,8	31.531,6	-7.560,2	-19,3%	-10.275,1	-24,1%
Abono	884,3	-320,6	-1.204,9	-	-1.284,4	-	15.453,4	10.438,7	-5.014,7	-32,5%	-6.019,6	-35,7%
Seguro Desemprego	3.613,3	2.665,9	-947,4	-26,2%	-1.272,4	-32,3%	23.638,3	21.092,9	-2.545,5	-10,8%	-4.255,5	-16,5%
d/q Seguro Defeso	126,8	77,7	-49,1	-38,7%	-60,5	-43,8%	2.577,1	2.557,3	-19,9	-0,8%	-186,2	-6,6%
4.3.2 Anistiados	17,7	17,7	0,0	0,3%	-1,5	-8,0%	94,6	92,6	-2,0	-2,1%	-8,7	-8,5%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	18.295,0	0,0	-18.295,0	-100,0%	-19.940,6	-100,0%	39.938,8	0,0	-39.938,8	-100,0%	-43.617,4	-100,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	54,2	56,8	2,6	4,9%	-2,2	-3,8%	379,8	382,2	2,5	0,7%	-24,1	-5,8%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.183,0	5.757,9	574,9	11,1%	108,7	1,9%	36.613,8	39.483,3	2.869,4	7,8%	361,0	0,9%
<i>d/q Sentenças Judiciais e Precatórios</i>	124,1	134,8	10,8	8,7%	-0,4	-0,3%	819,6	988,1	168,5	20,6%	109,7	12,2%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	31,7	0,0	-31,7	-100,0%	-34,6	-100,0%
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	57.542,5	19.301,4	-38.241,1	-66,5%	-43.416,9	-69,2%	228.903,3	67.994,8	-160.908,5	-70,3%	-181.359,1	-72,5%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	633,9	555,5	-78,4	-12,4%	-135,5	-19,6%	6.122,7	4.723,6	-1.399,1	-22,9%	-1.861,3	-27,8%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	129,1	94,7	-34,5	-26,7%	-46,1	-32,7%	451,3	458,8	7,4	1,7%	-29,0	-5,9%
4.3.10 FUNDEB (Complem. União)	1.118,3	1.626,4	508,1	45,4%	407,5	33,4%	10.221,8	11.430,0	1.208,1	11,8%	555,6	5,0%

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	188,6	185,2	-3,4	-1,8%	-20,4	-9,9%	1.113,1	1.144,4	31,3	2,8%	-48,2	-4,0%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	844,4	940,6	96,2	11,4%	20,3	2,2%	5.745,4	5.659,5	-85,9	-1,5%	-501,0	-8,0%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e FEX	0,0	332,3	332,3	-	332,3	-	0,0	3.194,7	3.194,7	-	3.282,5	-
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	334,9	46,8	-288,1	-86,0%	-318,2	-87,2%	21.543,3	17.473,7	-4.069,6	-18,9%	-5.901,5	-25,0%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	-10.936,2	2.298,3	13.234,4	-	14.218,1	-	10.513,3	5.123,5	-5.389,8	-51,3%	-6.281,2	-54,6%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	2.153,8	2.366,6	212,8	9,9%	19,1	0,8%	5.506,7	5.980,0	473,2	8,6%	92,9	1,5%
Equalização de custeio agropecuário	178,6	98,2	-80,4	-45,0%	-96,5	-49,5%	540,0	472,9	-67,1	-12,4%	-105,5	-17,9%
Equalização de invest. rural e agroindustrial <sup>4/</sup>	357,8	974,6	616,8	172,4%	584,6	149,9%	789,0	1.834,5	1.045,5	132,5%	1.006,2	116,8%
Política de preços agrícolas	-2,2	-2,6	-0,4	17,4%	-0,2	7,7%	-22,1	-2,3	19,8	-89,7%	21,9	-91,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,9	1,0	-1,0	-49,6%	-1,1	-53,8%	20,3	5,9	-14,5	-71,2%	-16,2	-73,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-4,2	-3,6	0,6	-13,6%	0,9	-20,7%	-43,1	-8,1	34,9	-81,1%	38,8	-82,8%
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,6	0,0	-0,6	-100,0%	-0,7	-100,0%
Pronaf	1.004,5	829,0	-175,5	-17,5%	-265,8	-24,3%	2.160,7	2.059,7	-101,0	-4,7%	-251,8	-10,7%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1.011,6	832,8	-178,8	-17,7%	-269,7	-24,5%	2.157,2	2.066,2	-91,0	-4,2%	-241,3	-10,2%
Concessão de Financiamento <sup>5/</sup>	-7,1	-3,8	3,3	-46,0%	3,9	-50,5%	3,5	-6,5	-10,0	-	-10,5	-
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Proex	35,1	-13,4	-48,5	-	-51,7	-	276,2	524,3	248,1	89,8%	233,2	77,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	20,9	38,6	17,8	85,0%	15,9	69,7%	161,7	339,2	177,5	109,8%	171,7	97,2%
Concessão de Financiamento <sup>5/</sup>	14,2	-52,1	-66,3	-	-67,6	-	114,5	185,1	70,6	61,6%	61,5	49,2%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) <sup>6/</sup>	3,5	24,1	20,6	590,1%	20,3	533,1%	105,9	154,0	48,1	45,4%	42,5	36,7%
Álcool	0,2	0,0	-0,2	-100,0%	-0,2	-100,0%	2,4	0,0	-2,4	-100,0%	-2,6	-100,0%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	8,6	0,0	-8,6	-100,0%	-9,4	-100,0%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA <sup>5/</sup>	-9,1	17,6	26,7	-	27,5	-	96,6	156,5	59,9	62,0%	53,7	51,0%
Funcafé	0,0	0,0	-0,0	-47,1%	-0,0	-51,5%	5,4	4,3	-1,2	-21,8%	-1,6	-26,4%
Revitaliza	0,2	0,0	-0,2	-86,7%	-0,2	-87,8%	1,0	0,1	-0,9	-89,1%	-1,0	-89,7%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	659,1	316,6	-342,5	-52,0%	-401,8	-55,9%	1.646,0	800,9	-845,1	-51,3%	-974,1	-54,2%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD) <sup>7/</sup>	3,8	3,2	-0,6	-15,8%	-0,9	-22,7%	7,9	7,6	-0,3	-3,6%	-0,8	-9,5%
Fundo Nacional de desenvolvimento (FND) <sup>5/</sup>	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	225,0	225,0	-	225,0	-	0,0	225,0	225,0	-	225,0	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remun. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	16,2	15,3	-0,8	-5,2%	-2,3	-13,1%	34,7	31,8	-2,9	-8,2%	-5,3	-13,9%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	18,7	5,4	-13,4	-71,3%	-14,9	-72,8%
Receitas de Recuperação de Subvenções <sup>8/</sup>	-94,0	-121,1	-27,1	28,8%	-18,6	18,2%	-164,5	-294,8	-130,3	79,2%	-122,8	68,4%
Proagro	0,0	166,1	166,1	-	166,1	-	1.050,0	543,2	-506,8	-48,3%	-594,4	-51,8%
PNAFE	0,0	6,1	6,1	-	6,1	-	46,6	-123,8	-170,4	-	-176,2	-
Demais Subsídios e Subvenções	-13.090,0	-240,5	12.849,5	-98,2%	14.026,9	-98,3%	3.910,0	-1.275,8	-5.185,8	-	-5.603,5	-

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.3.16 Transferências ANA	0,0	15,2	15,2	-	15,2	-	4,7	45,7	41,0	870,0%	41,4	803,5%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL	79,9	97,5	17,6	22,1%	10,5	12,0%	1.413,4	668,5	-745,0	-52,7%	-862,2	-55,8%
4.3.18 Impacto Primário do FIES	-11,2	-2.124,1	-2.112,9	-	-2.111,9	-	-213,0	-1.136,8	-923,8	433,7%	-857,1	369,3%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	36,6	0,0	-36,6	-100,0%	-39,9	-100,0%	36,6	0,0	-36,6	-100,0%	-39,9	-100,0%
4.3.20 Demais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Convênios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Doações	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>17.650,1</b>	<b>20.532,4</b>	<b>2.882,3</b>	<b>16,3%</b>	<b>1.294,7</b>	<b>6,7%</b>	<b>127.502,3</b>	<b>128.140,5</b>	<b>638,2</b>	<b>0,5%</b>	<b>-8.490,1</b>	<b>-6,1%</b>
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	9.196,1	10.700,7	1.504,6	16,4%	677,5	6,8%	71.596,4	79.384,9	7.788,4	10,9%	2.964,6	3,8%
4.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.132,1	1.095,4	-36,6	-3,2%	-138,5	-11,2%	7.724,0	7.646,7	-77,3	-1,0%	-625,6	-7,4%
4.4.1.2 Bolsa Família	119,7	1.218,8	1.099,1	918,3%	1.088,4	834,3%	7.845,9	12.951,4	5.105,5	65,1%	4.744,1	55,4%
4.4.1.3 Saúde	7.027,6	7.613,7	586,0	8,3%	-46,1	-0,6%	50.204,3	53.231,0	3.026,6	6,0%	-467,5	-0,9%
4.4.1.4 Educação	610,7	432,9	-177,9	-29,1%	-232,8	-35,0%	3.823,4	3.805,3	-18,1	-0,5%	-287,1	-6,9%
4.4.1.5 Demais	306,0	339,9	33,9	11,1%	6,4	1,9%	1.998,8	1.750,6	-248,2	-12,4%	-399,2	-18,3%
4.4.2 Discricionárias	8.454,0	9.831,7	1.377,7	16,3%	617,2	6,7%	55.905,9	48.755,6	-7.150,3	-12,8%	-11.454,7	-18,8%
4.4.2.1 Saúde	1.595,0	3.769,3	2.174,4	136,3%	2.030,9	116,8%	15.212,9	11.665,3	-3.547,6	-23,3%	-4.771,6	-28,7%
4.4.2.2 Educação	1.377,3	1.305,5	-71,8	-5,2%	-195,7	-13,0%	10.232,8	9.332,7	-900,2	-8,8%	-1.647,7	-14,7%
4.4.2.3 Defesa	914,9	799,7	-115,2	-12,6%	-197,5	-19,8%	4.831,2	4.815,0	-16,2	-0,3%	-380,0	-7,2%
4.4.2.4 Transporte	967,4	654,8	-312,6	-32,3%	-399,7	-37,9%	4.545,8	3.835,2	-710,6	-15,6%	-1.063,7	-21,4%
4.4.2.5 Administração	532,7	584,2	51,6	9,7%	3,7	0,6%	3.198,6	2.969,3	-229,2	-7,2%	-468,5	-13,4%
4.4.2.6 Ciência e Tecnologia	364,4	281,0	-83,4	-22,9%	-116,2	-29,2%	1.608,5	1.454,5	-154,0	-9,6%	-275,4	-15,7%
4.4.2.7 Segurança Pública	278,0	318,2	40,2	14,4%	15,2	5,0%	1.748,4	1.470,3	-278,0	-15,9%	-416,2	-21,8%
4.4.2.8 Assistência Social	232,6	130,7	-101,9	-43,8%	-122,8	-48,4%	997,5	847,5	-149,9	-15,0%	-227,8	-20,9%
4.4.2.9 Demais	2.191,7	1.988,2	-203,6	-9,3%	-400,7	-16,8%	13.530,2	12.365,8	-1.164,4	-8,6%	-2.203,9	-14,9%
<b>5. RESULT PRIMÁRIO GOV CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)</b>	<b>-87.886,5</b>	<b>-19.828,8</b>	<b>68.057,7</b>	<b>-77,4%</b>	<b>75.962,9</b>	<b>-79,3%</b>	<b>-505.232,1</b>	<b>-73.431,8</b>	<b>431.800,3</b>	<b>-85,5%</b>	<b>479.584,1</b>	<b>-86,8%</b>
<b>6. AJUSTES METODOLÓGICOS</b>	<b>1.760,0</b>						<b>3.351,1</b>					
<b>6.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU <sup>9/</sup></b>	<b>0,0</b>						<b>930,5</b>					
<b>6.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA <sup>10/</sup></b>	<b>1.760,0</b>						<b>2.420,6</b>					
<b>7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-2.014,7</b>						<b>-3.501,2</b>					
<b>8. RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL - ABAIXO DA LINHA (5 + 6 + 7)</b>	<b>-88.141,2</b>						<b>-505.382,2</b>					
<b>9. JUROS NOMINAIS <sup>11/</sup></b>	<b>-2.869,0</b>						<b>-152.432,0</b>					
<b>10. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8 + 9) <sup>12/</sup></b>	<b>-91.010,2</b>						<b>-657.814,2</b>					

#### Memorando

<b>Arrecadação Líquida para o RGPS</b>	<b>30.803,7</b>	<b>37.707,6</b>	<b>6.903,9</b>	<b>22,4%</b>	<b>4.133,2</b>	<b>12,3%</b>	<b>193.151,7</b>	<b>242.873,8</b>	<b>49.722,1</b>	<b>25,7%</b>	<b>32.001,5</b>	<b>23,6%</b>
Arrecadação Ordinária	30.169,7	37.152,1	6.982,4	23,1%	4.268,7	13,0%	187.029,0	238.150,2	51.121,2	27,3%	33.965,2	25,0%
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	633,9	555,5	-78,4	-12,4%	-135,5	-19,6%	6.122,7	4.723,6	-1.399,1	-22,9%	-1.963,7	-20,9%

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>Despesas de Custeio e Investimento</b> <sup>13/</sup>	<b>96.759,5</b>	<b>43.707,9</b>	<b>-53.051,5</b>	<b>-54,8%</b>	<b>-61.754,9</b>	<b>-58,6%</b>	<b>443.015,0</b>	<b>240.950,1</b>	<b>-202.064,9</b>	<b>-45,6%</b>	<b>-243.161,7</b>	<b>-41,7%</b>
Despesas de Custeio	93.283,4	36.634,8	-56.648,6	-60,7%	-65.039,3	-64,0%	400.462,7	216.959,8	-183.502,9	-45,8%	-220.639,6	-41,9%
Investimento	3.476,1	7.073,2	3.597,1	103,5%	3.284,4	86,7%	42.552,3	23.990,2	-18.562,0	-43,6%	-22.522,2	-39,9%
<b>PAC</b> <sup>14/</sup>	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Minha Casa Minha Vida</b>	151,8	137,6	-14,2	-9,3%	-27,8	-16,8%	1.160,1	607,5	-552,6	-47,6%	-658,6	-43,6%

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição (conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012).

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

5/ Concessão de empréstimos menos retornos.

6/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

7/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

8/ Receitas referentes à devolução de diferencial de encargo, à atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.

9/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

10/ Sistemática de registros nas estatísticas fiscais dos subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 do TCU. Nesta nova sistemática, o BCB passou a incorporar mensalmente os efeitos fiscais desses eventos segundo o critério de competência na apuração abaixo da linha, enquanto que a STN registra semestralmente impactos quando dos pagamentos dos saldos apurados pelas instituições financeiras operadoras dos programas.

11/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil.

12/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Não considera desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

13/ Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas, FIES e Financiamento de Campanha Eleitoral.

14/ A partir da LDO de 2020, as ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento deixaram de apresentar o identificador de Resultado Primário "discricionária abrangida pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (RP 3)".



**Tabela 3.2. Transferências e despesas primárias - critério "valor pago" e apuração do Teto dos Gastos (EC 95/2016) - Brasil**  
**R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)**

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
<b>1. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA</b>	<b>20.847,6</b>	<b>28.052,9</b>	<b>7.205,4</b>	<b>34,6%</b>	<b>5.330,1</b>	<b>23,5%</b>	<b>152.383,2</b>	<b>196.368,0</b>	<b>43.984,9</b>	<b>28,9%</b>	<b>34.352,4</b>	<b>20,6%</b>
1.1 FPM / FPE / IPI-EE	17.376,5	23.254,1	5.877,7	33,8%	4.314,7	22,8%	118.871,0	156.686,2	37.815,2	31,8%	30.416,1	23,4%
1.2 Fundos Constitucionais	855,2	505,5	-349,7	-40,9%	-426,6	-45,8%	5.461,4	3.878,0	-1.583,5	-29,0%	-2.012,3	-33,7%
1.2.1 Repasse Total	859,6	1.196,3	336,7	39,2%	259,4	27,7%	7.627,8	10.057,2	2.429,4	31,8%	1.958,4	23,5%
1.2.2 Superávit dos Fundos	-4,4	-690,8	-686,4	-	-686,0	-	-2.166,4	-6.179,3	-4.012,8	185,2%	-3.970,8	168,0%
1.3 Contribuição do Salário Educação	924,7	1.084,4	159,7	17,3%	76,5	7,6%	7.638,8	8.260,3	621,5	8,1%	117,5	1,4%
1.4 Exploração de Recursos Naturais	1.554,2	3.077,6	1.523,4	98,0%	1.383,6	81,7%	19.648,6	26.968,7	7.320,1	37,3%	6.074,4	28,3%
1.5 CIDE - Combustíveis	119,8	105,3	-14,5	-12,1%	-25,3	-19,4%	512,8	273,9	-238,9	-46,6%	-280,1	-50,0%
1.6 Demais	17,4	26,1	8,7	50,2%	7,1	37,8%	250,5	301,0	50,5	20,2%	36,8	13,5%
1.6.1 Concessão de Recursos Florestais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.6.2 Concurso de Prognóstico	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.6.3 IOF Ouro	6,2	5,3	-0,9	-15,1%	-1,5	-22,1%	28,8	39,6	10,8	37,5%	9,0	28,6%
1.6.4 ITR	11,1	20,8	9,6	86,7%	8,6	71,3%	171,1	222,0	50,8	29,7%	41,9	22,4%
1.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	-	-	-	-	-	-	50,5	39,4	-11,1	-22,1%	-14,1	-25,5%
1.6.6 Outras <sup>1/</sup>	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>2. DESPESA TOTAL</b>	<b>177.386,3</b>	<b>157.908,0</b>	<b>-19.478,3</b>	<b>-11,0%</b>	<b>-35.433,9</b>	<b>-18,3%</b>	<b>1.120.828,6</b>	<b>942.697,5</b>	<b>-178.131,2</b>	<b>-15,9%</b>	<b>-262.883,3</b>	<b>-21,5%</b>
<b>2.1 Benefícios Previdenciários</b>	<b>50.664,9</b>	<b>73.925,2</b>	<b>23.260,2</b>	<b>45,9%</b>	<b>18.703,0</b>	<b>33,9%</b>	<b>408.172,1</b>	<b>437.397,2</b>	<b>29.225,1</b>	<b>7,2%</b>	<b>181,7</b>	<b>0,0%</b>
2.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	38.924,9	59.063,9	20.139,1	51,7%	16.637,8	39,2%	314.321,8	333.666,1	19.344,3	6,2%	-3.029,7	-0,9%
2.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	10.115,6	13.147,6	3.032,0	30,0%	2.122,2	19,2%	79.377,4	85.941,9	6.564,5	8,3%	996,3	1,1%
2.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	1.624,5	1.713,6	89,1	5,5%	57,0	-3,2%	14.472,8	17.789,2	3.316,4	22,9%	2.215,0	14,0%
<b>2.2 Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>31.558,2</b>	<b>32.230,9</b>	<b>672,6</b>	<b>2,1%</b>	<b>-2.166,0</b>	<b>-6,3%</b>	<b>183.516,0</b>	<b>189.103,7</b>	<b>5.587,8</b>	<b>3,0%</b>	<b>-7.310,2</b>	<b>-3,6%</b>
2.2.1 Ativo Civil	11.983,5	12.372,7	389,2	3,2%	688,7	-5,3%	77.814,8	78.355,4	540,6	0,7%	-4.863,8	-5,7%
2.2.2 Ativo Militar	3.276,2	3.221,1	-55,1	-1,7%	-349,8	-9,8%	18.350,0	19.514,5	1.164,4	6,3%	-98,8	-0,5%
2.2.3 Aposentadorias e pensões civis	9.749,5	9.726,2	-23,3	-0,2%	-900,2	-8,5%	52.323,1	52.040,6	-282,4	-0,5%	-3.998,3	-7,0%
2.2.4 Reformas e pensões militares	6.283,4	6.652,2	368,8	5,9%	196,4	-2,9%	30.330,5	31.258,7	928,1	3,1%	-1.234,7	-3,7%
2.2.5 Outros	265,6	258,7	-6,9	-2,6%	-30,8	-10,6%	4.697,5	7.934,6	3.237,0	68,9%	2.885,6	56,2%
<b>2.3 Outras Despesas Obrigatórias</b>	<b>78.001,8</b>	<b>31.566,5</b>	<b>-46.435,4</b>	<b>-59,5%</b>	<b>-53.451,5</b>	<b>-62,9%</b>	<b>401.980,3</b>	<b>188.325,7</b>	<b>-213.654,6</b>	<b>-53,2%</b>	<b>-247.374,6</b>	<b>-56,3%</b>
2.3.1 Abono e seguro desemprego	4.497,5	2.345,3	-2.152,2	-47,9%	-2.556,8	-52,2%	39.091,8	31.531,6	-7.560,2	-19,3%	-10.275,1	-24,1%
2.3.2 Anistiados	17,8	17,7	-0,0	-0,1%	-1,6	-8,3%	94,7	92,7	-2,0	-2,1%	-8,8	-8,5%
2.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	18.295,0	-	-18.295,0	-100,0%	-19.940,6	-100,0%	39.938,8	0,0	-39.938,8	-100,0%	-43.617,4	-100,0%
2.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	56,8	61,2	4,4	7,7%	0,7	-1,2%	391,4	408,8	17,4	4,4%	-9,7	-2,3%
2.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.183,3	5.758,2	574,9	11,1%	108,7	1,9%	36.614,1	39.484,8	2.870,7	7,8%	362,2	0,9%
2.3.6 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	-	-	-	31,7	0,0	-31,7	-100,0%	-34,6	-100,0%
2.3.7 Créditos Extraordinários	57.536,1	19.303,9	-38.232,2	-66,4%	-43.407,5	-69,2%	228.879,6	67.938,1	-160.941,4	-70,3%	-181.391,4	-72,5%
2.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	633,9	555,5	-78,4	-12,4%	-135,5	-19,6%	6.122,7	4.723,6	-1.399,1	-22,9%	-1.861,3	-27,8%
2.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	129,1	94,7	-34,5	-26,7%	-46,1	-32,7%	451,3	458,8	7,4	1,7%	-29,0	-5,9%
2.3.10 FUNDEB (Complem. União)	1.118,3	1.626,4	508,1	45,4%	407,5	33,4%	10.221,8	11.430,0	1.208,1	11,8%	555,6	5,0%
2.3.11 Fundo Constitucional DF	188,3	185,1	-3,2	-1,7%	-20,1	-9,8%	1.113,3	1.144,5	31,2	2,8%	-48,3	-4,0%
2.3.12 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	828,3	922,5	94,1	11,4%	19,6	2,2%	5.653,7	5.559,3	-94,4	-1,7%	-502,7	-8,1%
2.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	-	332,3	332,3	-	332,3	-	0,0	3.194,7	3.194,7	-	3.282,5	-

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
2.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	334,9	68,5	- 266,4	-79,5%	- 296,5	-81,2%	21.543,5	17.583,8	-3.959,8	-18,4%	-5.789,8	-24,6%
2.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	- 10.936,2	2.298,3	13.234,4	-	14.218,1	-	10.513,3	5.123,5	-5.389,8	-51,3%	-6.281,2	-54,6%
2.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	178,6	98,2	- 80,4	-45,0%	- 96,5	-49,5%	540,0	472,9	-67,1	-12,4%	-105,5	-17,9%
2.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	357,8	974,6	616,8	172,4%	584,6	149,9%	789,0	1.834,5	1.045,5	132,5%	1.006,2	116,8%
2.3.15.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,9	1,0	- 1,0	-49,6%	- 1,1	-53,8%	20,3	5,9	-14,5	-71,2%	-16,2	-73,0%
2.3.15.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	- 4,2	- 3,6	0,6	-13,6%	0,9	-20,7%	-43,1	-8,1	34,9	-81,1%	38,8	-82,8%
2.3.15.5 Garantia à Sustentação de Preços	-	-	-	-	-	-	0,6	0,0	-0,6	-100,0%	-0,7	-100,0%
2.3.15.6 Pronaf	1.004,5	829,0	- 175,5	-17,5%	- 265,8	-24,3%	2.160,7	2.059,7	-101,0	-4,7%	-251,8	-10,7%
2.3.15.7 Proex	35,1	- 13,4	- 48,5	-	51,7	-	276,2	524,3	248,1	89,8%	233,2	77,3%
2.3.15.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	3,5	24,1	20,6	590,1%	20,3	533,1%	105,9	154,0	48,1	45,4%	42,5	36,7%
2.3.15.9 Álcool	0,2	-	0,2	-100,0%	0,2	-100,0%	2,4	0,0	-2,4	-100,0%	-2,6	-100,0%
2.3.15.10 Fundo da terra/ INCRA	- 9,1	17,6	26,7	-	27,5	-	96,6	156,5	59,9	62,0%	53,7	51,0%
2.3.15.11 Funcafé	0,0	0,0	0,0	-47,1%	0,0	-51,5%	5,4	4,3	-1,2	-21,8%	-1,6	-26,4%
2.3.15.12 Revitaliza	0,2	0,0	- 0,2	-86,7%	- 0,2	-87,8%	1,0	0,1	-0,9	-89,1%	-1,0	-89,7%
2.3.15.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	659,1	316,6	- 342,5	-52,0%	- 401,8	-55,9%	1.646,0	800,9	-845,1	-51,3%	-974,1	-54,2%
2.3.15.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,8	3,2	- 0,6	-15,8%	- 0,9	-22,7%	7,9	7,6	-0,3	-3,6%	-0,8	-9,5%
2.3.15.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	-	225,0	225,0	-	225,0	-	0,0	225,0	225,0	-	225,0	-
2.3.15.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	16,2	15,3	- 0,8	-5,2%	- 2,3	-13,1%	34,7	31,8	-2,9	-8,2%	-5,3	-13,9%
2.3.15.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	- 94,0	- 121,1	- 27,1	28,8%	18,6	18,2%	-164,5	-294,8	-130,3	79,2%	-122,8	68,4%
2.3.15.19 Proagro	-	166,1	166,1	-	166,1	-	1.050,0	543,2	-506,8	-48,3%	-594,4	-51,8%
2.3.15.20 PNAFE	-	6,1	6,1	-	6,1	-	46,6	-123,8	-170,4	-	-176,2	-
2.3.15.21 Fundo Nacional do Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.22 Sudene	-	-	-	-	-	-	18,7	5,4	-13,4	-71,3%	-14,9	-72,8%
2.3.15.23 Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.24 Securitização da dívida agrícola (Lei 9.318/1595)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.25 Capitalização à Emgea	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.15.26 Cacau	-	-	-	-	-	-	8,6	0,0	-8,6	-100,0%	-9,4	-100,0%
2.3.15.27 Demais Subsídios e Subvenções	- 13.090,0	- 240,5	12.849,5	-98,2%	14.026,9	-98,3%	3.910,0	-1.275,8	-5.185,8	-	-5.603,5	-
2.3.16 Transferências ANA	13,4	26,7	13,3	99,8%	12,1	83,3%	81,6	123,3	41,8	51,2%	36,7	41,2%
2.3.17 Transferências Multas ANEEL	79,9	94,3	14,4	18,0%	7,2	8,3%	1.413,4	665,2	-748,2	-52,9%	-865,4	-56,0%
2.3.18 Impacto Primário do FIES	- 11,2	- 2.124,1	- 2.112,9	-	- 2.111,9	-	-213,0	-1.136,8	-923,8	433,7%	-857,1	369,3%
2.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	36,6	-	- 36,6	-100,0%	- 39,9	-100,0%	36,6	0,0	-36,6	-100,0%	-39,9	-100,0%
2.3.20 Demais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>2.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira</b>	<b>17.161,3</b>	<b>20.185,5</b>	<b>3.024,2</b>	<b>17,6%</b>	<b>1.480,6</b>	<b>7,9%</b>	<b>127.160,3</b>	<b>127.870,8</b>	<b>710,5</b>	<b>0,6%</b>	<b>-8.380,2</b>	<b>-6,0%</b>
2.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	9.214,0	10.729,6	1.515,6	16,4%	686,8	6,8%	71.491,6	79.207,1	7.715,4	10,8%	2.897,5	3,7%
2.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.134,3	1.098,4	- 35,9	-3,2%	- 137,9	-11,2%	7.714,7	7.628,0	-86,7	-1,1%	-634,5	-7,5%
2.4.1.2 Bolsa Família	119,9	1.222,1	1.102,2	919,1%	1.091,4	835,0%	7.819,9	12.935,1	5.115,2	65,4%	4.755,7	55,8%
2.4.1.3 Saúde	7.041,3	7.634,2	592,9	8,4%	40,4	-0,5%	50.142,5	53.102,4	2.959,9	5,9%	-531,1	-1,0%
2.4.1.4 Educação	611,9	434,0	- 177,9	-29,1%	- 232,9	-34,9%	3.820,3	3.794,9	-25,3	-0,7%	-294,2	-7,1%
2.4.1.5 Demais	306,6	340,8	34,3	11,2%	6,7	2,0%	1.994,2	1.746,6	-247,6	-12,4%	-398,3	-18,3%
2.4.2 Discricionárias	7.947,3	9.455,9	1.508,6	19,0%	793,7	9,2%	55.668,7	48.663,7	-7.004,9	-12,6%	-11.277,8	-18,5%
2.4.2.1 Saúde	1.499,4	3.625,3	2.125,9	141,8%	1.991,0	121,8%	15.184,0	11.584,3	-3.599,7	-23,7%	-4.818,9	-29,1%
2.4.2.2 Educação	1.294,7	1.255,6	- 39,1	-3,0%	- 155,6	-11,0%	10.206,0	9.375,8	-830,2	-8,1%	-1.572,2	-14,1%

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real			
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %		
2.4.2.3 Defesa	860,1	769,1	-	90,9	-10,6%	-	168,3	-18,0%	4.799,4	4.802,8	3,5	0,1%	-356,7	-6,8%
2.4.2.4 Transporte	909,5	629,8	-	279,7	-30,8%	-	361,5	-36,5%	4.507,2	3.846,5	-660,7	-14,7%	-1.009,2	-20,5%
2.4.2.5 Administração	500,8	561,9	-	61,2	12,2%	-	16,1	3,0%	3.183,3	2.963,8	-219,5	-6,9%	-456,8	-13,1%
2.4.2.6 Ciência e Tecnologia	342,6	270,3	-	72,3	-21,1%	-	103,1	-27,6%	1.592,0	1.452,3	-139,7	-8,8%	-259,2	-14,9%
2.4.2.7 Segurança Pública	261,4	306,0	-	44,7	17,1%	-	21,2	7,4%	1.739,9	1.468,2	-271,7	-15,6%	-408,8	-21,5%
2.4.2.8 Assistência Social	218,7	125,8	-	92,9	-42,5%	-	112,6	-47,2%	991,6	841,1	-150,5	-15,2%	-227,8	-21,1%
2.4.2.9 Demais	2.060,4	1.912,2	-	148,2	-7,2%	-	333,5	-14,9%	13.465,3	12.328,8	-1.136,4	-8,4%	-2.168,2	-14,7%
<b>Memorando:</b>														
<b>3. TOTAL DAS DESP APURADAS PARA O RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL (I+II)</b>	<b>198.233,9</b>	<b>185.960,9</b>	<b>-</b>	<b>12.273,0</b>	<b>-6,2%</b>	<b>-</b>	<b>30.103,7</b>	<b>-13,9%</b>	<b>1.273.211,8</b>	<b>1.139.065,5</b>	<b>-134.146,3</b>	<b>-10,5%</b>	<b>-228.530,9</b>	<b>-16,4%</b>
<b>4. DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)</b>	<b>85.494,8</b>	<b>49.683,6</b>	<b>-</b>	<b>35.811,2</b>	<b>-41,9%</b>	<b>-</b>	<b>43.501,3</b>	<b>-46,7%</b>	<b>439.280,1</b>	<b>279.188,3</b>	<b>-160.091,8</b>	<b>-36,4%</b>	<b>-195.184,0</b>	<b>-40,7%</b>
4.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	22.733,0	30.592,8	-	7.859,7	34,6%	-	5.815,0	23,5%	165.571,6	212.354,1	46.782,5	28,3%	36.324,6	20,1%
4.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	17.376,5	23.254,1	-	5.877,7	33,8%	-	4.314,7	22,8%	118.871,0	156.686,2	37.815,2	31,8%	30.416,1	23,4%
4.1.2 Contribuição do Salário Educação	924,7	1.084,4	-	159,7	17,3%	-	76,5	7,6%	7.638,8	8.260,3	621,5	8,1%	117,5	1,4%
4.1.3 Exploração de Recursos Naturais	1.554,2	3.077,6	-	1.523,4	98,0%	-	1.383,6	81,7%	19.648,6	26.968,7	7.320,1	37,3%	6.074,4	28,3%
4.1.4 CIDE - Combustíveis	119,8	105,3	-	14,5	-12,1%	-	25,3	-19,4%	512,8	273,9	-238,9	-46,6%	-280,1	-50,0%
4.1.5 Demais	2.757,9	3.071,4	-	313,4	11,4%	-	65,4	2,2%	18.900,3	20.165,0	1.264,6	6,7%	-3,3	0,0%
<i>IOF Ouro</i>	6,2	5,3	-	0,9	-15,1%	-	1,5	-22,1%	28,8	39,6	10,8	37,5%	9,0	28,6%
<i>ITR</i>	11,1	20,8	-	9,6	86,7%	-	8,6	71,3%	171,1	222,0	50,8	29,7%	41,9	22,4%
<i>FUNDEB (Complem. União)</i>	1.118,3	1.626,4	-	508,1	45,4%	-	407,5	33,4%	10.221,8	11.430,0	1.208,1	11,8%	555,6	5,0%
<i>Fundo Constitucional DF - FCDF</i>	1.622,3	1.418,9	-	203,4	-12,5%	-	349,3	-19,8%	8.478,6	8.473,5	-5,1	-0,1%	-609,7	-6,6%
<i>FCDF - OCC</i>	188,3	185,1	-	3,2	-1,7%	-	20,1	-9,8%	1.113,3	1.144,5	31,2	2,8%	-48,3	-4,0%
<i>FCDF - Pessoal</i>	1.434,0	1.233,8	-	200,2	-14,0%	-	329,2	-21,1%	7.365,3	7.329,0	-36,3	-0,5%	-561,4	-7,0%
4.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	62.746,0	19.067,3	-	43.678,7	-69,6%	-	49.322,6	-72,1%	273.636,5	66.682,8	-206.953,7	-75,6%	-231.584,9	-77,4%
d/q Créditos Extraordinários do Impacto Primário do FIES	0,0	-	-	0,0	-100,0%	-	0,0	-100,0%	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%
4.3 Desp. não recorr. Just. eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	15,2	15,5	-	0,3	2,0%	-	1,1	-6,4%	55,0	140,7	85,7	155,9%	84,2	140,2%
4.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	13,9	11,8	-	2,1	-15,3%	-	3,4	-22,3%	51,6	101,4	49,8	96,3%	47,4	84,0%
4.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	1,3	3,7	-	2,4	191,8%	-	2,3	167,8%	3,3	39,3	36,0	-	36,8	-
4.4 Despesas com aum. de capital de emp. estatais não depend. (Inciso IV do § 6º)	0,5	8,0	-	7,5	-	-	7,5	-	17,0	10,7	-6,3	-37,2%	-7,8	-42,2%
4.5 Cessão Onerosa (Inciso V do § 6º) <sup>2/</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<b>5. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)</b>	<b>112.739,1</b>	<b>136.277,4</b>	<b>-</b>	<b>23.538,2</b>	<b>20,9%</b>	<b>-</b>	<b>13.397,5</b>	<b>10,9%</b>	<b>833.931,7</b>	<b>859.877,2</b>	<b>25.945,5</b>	<b>3,1%</b>	<b>-33.346,9</b>	<b>-3,7%</b>

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Refere-se à transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões, ocorridos em novembro/2019, dos volumes excedentes da cessão onerosa.

2/ Corresponde à somatória de dois itens: i) pagamento à Petrobras decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa e ii) transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões, ocorridos em novembro/2019, dos volumes excedentes da cessão onerosa.